

ATA Nº 1 – 2021

Aos vinte e nove dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e um, pelas vinte e uma horas e vinte e dois minutos, na sede da União de Freguesias de São Miguel de Souto e Mosteirô, contribuinte nº510 839 932, reuniram em Assembleia Geral Ordinária, conforme convocatória de dezasseis de abril de dois mil e vinte e um , com a seguinte ordem de trabalhos: -----

1. Período antes da Ordem do dia: -----
 - 1.1 Análise e aprovação da Ata da Assembleia anterior; -----
2. Período da Ordem do dia: -----
 - 2.1 Informação do Presidente da União de Freguesias (para conhecimento); -----
 - 2.2 Apresentação da situação financeira até 31 de março de 2021 (para conhecimento);-
 - 2.3 Intervenção da Assembleia; -----
 - 2.4 Apresentação e Aprovação dos Relatórios de Atividades e Contas de Gerência de 2020; -----
 - 2.5 Discussão e votação da 1.ª Alteração Orçamental Modificativa 2021: -----
 - 2.5.1. 1.ª alteração orçamental modificativa ao Orçamento da Receita; -----
 - 2.5.2. 1.ª alteração orçamental modificativa ao Orçamento de Despesa; -----
 - 2.5.3. 1.ª alteração orçamental modificativa ao Plano Plurianual de Investimentos – PPI; -----
 - 2.6 Apreciação do inventário dos bens, direitos e obrigações patrimoniais e a respetiva avaliação; -----
 - 2.7 Outros assuntos de interesse para a freguesia; -----
- 3 Período depois da Ordem do dia: -----
 - 3.1 Período de Intervenção do público. -----

O Sr. Presidente da Assembleia toma a palavra para saudar os presentes e procede com as substituições devido às ausências de alguns membros nesta assembleia. Florinda Maria Gomes Andrade Lopes da bancada do CDS é substituída pelo Carlos Alberto Silva. Da bancada do PS, Sónia Santos Ferreira e Alexandra Azevedo, são substituídas por Zeferino Santos e Ricardo José Santos, este porque Maria del Rosário Correia não pode estar presente nesta sessão. No sentido de completar a mesa da Assembleia, o Sr. Presidente convida para primeiro secretário Ricardo José Santos e para segundo secretário Cristina Neto. Estando completa a Assembleia e mesa, o Sr. Presidente prossegue com a leitura da convocatória para esta sessão. -----

Pelo que estiveram presentes os seguintes membros, a saber: -----

- Hélder Ferreira dos Santos -----
- Ricardo José Gomes dos Santos -----
- Cristina Maria Rodrigues Neto -----
- Pedro Manuel de Sousa Gonçalves -----
- Abílio Manuel Oliveira Assunção -----
- Zeferino Carlos Santos -----
- Maria Manuela da Silva Teixeira -----
- Sérgio Augusto Dias de Sousa -----
- Ana Lúcia dos Santos Ribeiro -----
- José Manuel Andrade Resende e Silva -----
- Carlos Alberto Resende Silva -----
- Celina Maria Dantas Gomes dos Santos -----
- Hélder Augusto Ferreira Familiar -----

Handwritten signatures and initials in blue ink, including names like "Pedro", "CDS", "Neto", and "Abílio".

Do Executivo da Junta de Freguesia, estiveram presentes, a saber: -----

- Francisco Manuel Oliveira Andrade -----

- Jéssica Oliveira Sousa -----

- António Feliciano Tavares de Pinho -----

Ponto 1 - Período antes da Ordem do dia: -----

1.1 Análise e aprovação da Ata da Assembleia anterior; -----

Não havendo notas de alteração da Ata, esta é levada a votação e é aprovada por maioria com oito votos, sendo quatro da bancada do PS, duas da bancada do CDS e duas da bancada do MISM a favor e cinco abstenções, três da bancada do PSD e duas da bancada do PS, Ricardo José Santos e Zeferino Santos. -----

Ponto 2 - Período da Ordem do dia: -----

2.1 Informação do Presidente da União de Freguesias (para conhecimento); -----

O Sr. Presidente do Executivo, depois de cumprimentar as bancadas e todos os presentes, dá a conhecimento de todos que a ausência dos restantes membros do Executivo se prende com questões profissionais. O Sr. Presidente do Executivo começa por referir que a atividade da Junta de Freguesia foi atípica devido aos constrangimentos provocados pela COVID-19, pela pandemia e pelo Estado de Emergência, que limitou a liberdade de todos, referindo que confia no futuro e que com a ajuda de todos, com o trabalho e cooperação de todos se regresse à normalidade o mais rapidamente possível. Dando seguimento à sua intervenção, o Sr. Presidente do Executivo dá nota de que foram atribuídos apenas 15 subsídios de natalidade, dando conta de que foi um número mais reduzido do que o esperado, comparando com os anos anteriores. Ainda devido à pandemia e ao surto que de COVID que surgiu no Por-do-Sol, o Presidente do Executivo referiu que a União de Freguesias prestou apoio a esta instituição, nomeadamente na cedência de instalações e equipamentos a uma equipa de apoio e na prestação de serviços domiciliários, nomeadamente na entrega de refeições, através dos funcionários. O Presidente do Executivo realçou as obras realizadas, nomeadamente no separador situado no entroncamento da Rua Antero Andrade e Silva e da Rua D. Florentino Andrade e Silva; intervenção profunda na Rua de Teobalde com a colocação de águas pluviais e alargamento da via; colocação de águas pluviais na Rua da Igreja, em Mosteirô, resolvendo uma situação perigosa que se vinha a alongar, devido ao depósito de águas na via pública e formação de gelo; colocação de tubos de drenagem de água de mina na Rua da Castanheira; O Sr. Presidente do Executivo referiu ainda que se colocaram Brasões de freguesia na Junta de Freguesia, em Souto, e na rotunda da "Acail" e que se procedeu à plantação de árvores de fruto, 70 no Cai-água e 20 nos limites da freguesia em Tarei, junto à ponte da A29; Nas notas finais da sua intervenção, o Sr. Presidente referiu que a Junta de Freguesia está a prestar apoio no preenchimento do IRS, ainda que nos formulários mais simples, e no preenchimento dos inquéritos dos Censos 2021, através do e-balcão, nas suas instalações, quer em Souto, quer em Mosteirô.-----

2.2 Apresentação da situação financeira até 31 de março de 2021 (para conhecimento) -----

Apresenta-se a situação financeira da Junta de Freguesia desta União de Freguesias, reportada a trinta e um de março de dois mil e vinte e um, último mês contabilisticamente encerrado. Em termos de grau de execução orçamental atingiu-se, até ao momento, uma taxa de 22,56% na receita e de 14,33% na despesa. As receitas totalizam, até ao momento, €67.793,65 (sessenta e sete mil setecentos e noventa e três euros e sessenta e cinco cêntimos) e, repartindo-se em receitas correntes e receitas de capital. As receitas correntes apresentam o valor de €36.989,79 (trinta e seis

mil novecentos e oitenta e nove euros e setenta e nove cêntimos), enquanto as transferências de capital, totalizam €30.803,91 (trinta mil oitocentos e três euros e noventa e um cêntimos). No que diz respeito às despesas, até ao momento, estas totalizaram o montante de €43.074,65 (quarenta e três mil e setenta e quatro euros e sessenta e cinco cêntimos), subdividindo-se, entre despesas correntes no montante de €38.206,77 (trinta e oito mil duzentos e seis euros e setenta e sete cêntimos) e de capital que totalizaram €4.867,88 (quatro mil oitocentos e sessenta e sete euros e oitenta e oito cêntimos). Relativamente às disponibilidades, a trinta e um de março de dois mil e vinte e um, a Junta de Freguesia tinha, contabilisticamente, na sua posse €63.933,81 (sessenta e três mil novecentos e trinta e três euros e oitenta e um cêntimos), repartidos: em caixa, o valor de €2.018,73 (dois mil e dezoito euros e setenta e três cêntimos) em numerário e €80,00 (oitenta euros) em cheque; Na Caixa Geral de Depósitos na conta nº1, o montante de €37.855,73 (trinta e sete mil oitocentos e cinquenta e cinco euros e setenta e três cêntimos); Na Caixa Geral de Depósitos na Conta nº2, o montante de €5.164,81 (cinco mil cento e sessenta e quatro euros e oitenta e um cêntimos); No BPI, o valor de €18.814,54 (dezoito mil oitocentos e catorze euros e cinquenta e quatro cêntimos). Deste montante, €547,03 (quinhentos e quarenta e sete euros e três cêntimos), referem-se a retenções de IRS e de descontos para a Segurança Social que foram apenas devidos a pagamento no mês de abril. Consequentemente, transitou, assim, para a gerência seguinte um saldo disponível de €63.933,81 (sessenta e três mil novecentos e trinta e três euros e oitenta e um cêntimos), incluindo operações de tesouraria. -----

2.3 Intervenção da Assembleia; -----

O Sr. Presidente da Assembleia questiona a Assembleia sobre a vontade de intervir. O Sr. Carlos Silva toma a palavra para fazer uma intervenção relativa a uma questão da assembleia anterior, questionando ao Sr. Presidente do Executivo se a Junta de Freguesia utilizava herbicida na Estrada Nacional 327, sugerindo que este se tenha esquecido, ou se é uma empresa que faz essa intervenção com o aval da Junta de Freguesia. Prossequindo a sua intervenção, o Sr. Carlos Silva entregou um voto de pesar pela Sra. Idalina Bragança Amorim, à Mesa da Assembleia, que foi lido pelo Presidente da Mesa da Assembleia, tendo colocado à votação a inclusão deste voto de pesar na ordem de trabalhos, o que foi aprovado por unanimidade. Logo de seguida, o sr. Presidente da Assembleia coloca à votação o voto de pesar, o que foi aprovado por unanimidade. O Sr. Presidente da Assembleia solicita a todos os membros a realização de um minuto de silêncio em sua homenagem. Tomou a palavra a Sr.ª Manuela Teixeira que justificou a abstenção na votação da ata, referindo que não concorda com o Sr. Presidente do Executivo quando diz que mudou de opinião relativamente ao acordo que fez em relação à questão dos terrenos, mais uma vez afirmando que não assinou nenhum documento nem nenhum acordo com nenhum proprietário, afirmando que foi consultar um advogado e que nunca firmou nenhum acordo, embora o Tribunal o tenha sugerido, mas que, referiu a Sra. Manuela Teixeira, não concordou, reiterando que não assinou nenhum acordo ou contrato, nem o executivo ao qual presidia na altura dos factos. O Presidente da Mesa da Assembleia, o Sr. Hélder Santos interveio, referindo que votar na ata não significa que se concorde ou não com o seu conteúdo, mas sim com o que realmente está escrito, porque uma ata é um documento que transcreve tudo aquilo que foi dito e feito na assembleia. Terminada esta intervenção, tomou a palavra a Sra. Celina Santos questionando o Presidente do Executivo se o passeio em frente à Igreja de Mosteirô irá ser arranjado ou se existe já algo projetado para esse fim, questionando o mesmo sobre a Zona Industrial. O Sr. Presidente do Executivo tomou a palavra para responder às questões da Assembleia, começando por dizer que nas situações invocadas pelo Sr. Carlos Silva, a Junta de Freguesia adquire o herbicida, fornece à empresa, que é quem está legalmente habilitada para aplicar o mesmo, acrescentando que existem várias percentagens do componente glifosato contida nestes herbicidas e que o usado pela Junta de Freguesia é o que tem a menor percentagem e o efeito mais reduzido, sendo um produto certificado e aprovado pela Direção Geral Veterinária, ficando mais barato à Junta de Freguesia este método. No que concerne à

intervenção da Sra. Manuela Teixeira, o Sr. Presidente do Executivo reitera o que foi dito na pretérita assembleia, e, no sentido de dissipar dúvidas, facultou uma cópia da ata da audiência do julgamento a todos os membros da assembleia, onde foi celebrado o acordo. Continua explicando ainda que os acordos nem sempre são feitos na audiência do julgamento ou na sala dos julgamentos, refere que também são feitos acordos nos gabinetes dos juizes e que este caso concreto terá sido um dessas situações, continuando a referir que, quando se faz um acordo não se tem que assinar nada, tendo o juiz homologado o acordo, e na ata onde se fez o acordo constam as pessoas presentes, sendo estas as legítimas para se ter chegado ao acordo. Respondendo à Sra. Celina Santos, o Sr. Presidente do Executivo refere que o passeio em frente à Igreja de Mosteirô vai ser reabilitado, sendo retiradas as guias velhas e colocadas guias novas com a mesma altura e rampas de acesso ao passeio, estando ao mesmo tempo a equacionar a possibilidade de colocar alguns bancos naquela zona, ficando por perceber se ficará espaço suficiente para a circulação de cadeiras de rodas, referindo que, não havendo, não se colocam os bancos. Notifica ainda que a obra está adjudicada, estando apenas à espera que se comece os trabalhos. Relativamente à Zona Industrial existe um compasso de espera devido à fase de conclusão do projeto de intervenção, que não está a ser feito nos serviços técnicos da Câmara, é uma empresa que está contratada para este específico efeito, estando já no terreno com o Sr. Vereador Eng.ª Topa Gomes para verificar algumas situações de correção, sendo uma das propostas a circulação em sentido único de algumas vias, no sentido de haver uma circulação mais fluida permitindo mais espaço para as viaturas pesadas manobremem. -----

2.4. Apresentação e Aprovação dos Relatórios de Atividades e Contas de Gerência de 2020. –

O Sr. Presidente do Executivo tomou a palavra efetuando um resumo muito básico e direto do relatório de atividades e contas de gerência. Assim sendo, apresentou os valores da prestação de contas relativamente ao exercício do ano financeiro de 2020, obtendo uma execução orçamental de receita na ordem dos 91,77% do previsto no valor de €334.006,46 (trezentos e trinta e quatro mil e seis euros e quarenta e seis cêntimos); A despesa foi executada na ordem dos 90,53% do previsto perfazendo totalizando trezentos e vinte e nove mil quatrocentos e oitenta e nove euros e setenta e cinco cêntimos; O valor de execução do Plano Plurianual de Investimentos (PPI) foi de 59,54% do previsto, no valor de €66.344,06 (sessenta e seis mil trezentos e quarenta e quatro euros e seis cêntimos); O nível de execução do Plano Plurianual das ações mais relevantes foi de 75,10% do previsto que se traduziu em €30.924,60 (trinta mil novecentos e vinte e quatro euros e sessenta cêntimos); transitando assim um saldo de gerência para 2021 de €39.214,81 (trinta e nove mil duzentos e catorze euros e oitenta e um cêntimos).-----

Aberta a assembleia, o Sr. Carlos Silva questionou como é que se venderam menos sepulturas no ano de 2020 do que no ano de 2019, num ano de pandemia, ao qual o Sr. Presidente do Executivo respondeu que é verdade, não deixando de ser curioso, tendo havido no entanto bastante mais óbitos, essencialmente idosos, que, no entanto, as suas famílias já possuíam sepultura. Ressalvando ainda o Sr. Presidente que o número previsto para este ano já foi ultrapassado, referindo que a verba estipulada para venda de sepulturas será alterada no próximo orçamento. Não havendo mais questões foi colocado à votação o Relatório de Atividades e as Contas de Gerência para 2020, tendo sido aprovado por maioria, com 10 votos a favor e três abstenções da bancada do PSD. -----

2.5. Discussão e votação da 1.ª Alteração Orçamental Modificativa 2021: -----

- 2.5.1. 1.ª alteração orçamental modificativa ao Orçamento da Receita; -----
- 2.5.2. 1.ª alteração orçamental modificativa ao Orçamento de Despesa; -----
- 2.5.3. 1.ª alteração orçamental modificativa ao Plano Plurianual de Investimentos – PPI; -----

Este ponto foi apresentado, discutido e votado em conjunto, por proposta da Mesa da Assembleia e por aceitação da Assembleia. -----

O Presidente do Executivo referiu que a 1ª Alteração Modificativa ao Orçamento da Junta de Freguesia que este Executivo apresenta para aprovação desta Assembleia, justifica-se, essencialmente, pela incorporação do saldo da gerência anterior, referente ao ano de 2020. Na componente da receita, verificam-se as seguintes alterações modificativas: Incorporação do Saldo da Gerência Anterior no montante de €39.214,81 (trinta e nove mil duzentos e catorze euros e oitenta e um cêntimos); Reforço da verba prevista para concessão de terrenos para sepulturas no Cemitério de São Miguel no montante de €10.000,00 (dez mil euros); Reforço da verba prevista para aluguer de espaços e equipamentos no montante de €5.000,00 (cinco mil euros); Alteração das rubricas previstas para os acordos de Delegação de Competências. Anteriormente estas receitas eram provenientes do Município de Santa Maria da Feira, no entanto, no âmbito da Lei 50/2018, estas passam a ser provenientes da DGAL; Incorporação das receitas referentes às mesas de voto das eleições legislativa, verba transferência pela Câmara Municipal de Santa Maria da Feira, no montante de €1.294,25 (mil duzentos e noventa e quatro euros e vinte e cinco cêntimos); Na componente da despesa verifica-se as seguintes alterações permutativas: Seguro de Acidentes de Trabalho e Doenças Profissionais: reforço em €1.000,00 (mil euros); Gasolina: reforço em €500,00 (quinhentos euros); Gasóleo: Reforço em €750,00 (setecentos e cinquenta euros); Ferramentas e utensílios: reforço em €1.500,00 (mil e quinhentos euros); Conservação de bens móveis: reforço em €3.000,00 (três mil euros); Conservação de bens imóveis: reforço em €18.000,00 (dezoito mil euros); Apoio Social: reforço em €2.000,00 (dois mil euros); Instalações Desportivas e Recreativas: reforço em €3.000,00 (três mil euros); Viadutos arruamentos e obras complementares: reforço em €24.464,81 (vinte e quatro mil quatrocentos e sessenta e quatro euros e oitenta e um cêntimos). Este reforço traduz-se, ainda, numa alteração modificativa ao Plano Plurianual de Investimentos com um reforço do projeto Alargamento de via pública e criação de passeios e valetas no montante de €17.500,00 (dezassete mil e quinhentos euros). As presentes alterações modificativas ao Orçamento da Junta de Freguesia da União de Freguesias de São Miguel de Souto e Mosteirô conduz a um aumento do seu valor global em €54.214,81 (cinquenta e quatro mil duzentos e catorze euros e oitenta e um cêntimos), pelo que o orçamento passará a apresentar um valor global de €354.748,13 (trezentos e cinquenta e quatro mil setecentos e quarenta e oito euros e treze cêntimos). -----

Aberta a assembleia, o Sr. Zeferino Santos colocou uma questão relativamente à verba de cinco mil euros referente à rubrica aluguer de espaços, o que lhe foi respondido pelo Executivo que se refere a outdoors; O Sr. Zeferino Santos questionou ainda sobre a verba de dezoito mil euros na rubrica conservação de bens imóveis, ao que o Sr. Presidente do Executivo respondeu que grande parte da verba destina-se à aquisição de vassoura ajustável ao trator para limpeza de ruas, que, para além de ser altamente eficaz na limpeza, poupa esforços humanos no que concerne a funcionários.-----

Colocada a 1.ª Alteração Orçamental Modificativa 2021 a votação, esta foi aprovada por maioria com 9 votos a favor e quatro abstenções, três da bancada do PSD e do Sr. Carlos Silva da bancada do CDS. -----

2.6. Apreciação do inventário dos bens, direitos e obrigações patrimoniais e a respetiva avaliação; -----

O Sr. Presidente do Executivo refere que o inventário é a lista de bens da junta, acrescentando os bens que foram adquiridos incluindo os bens fornecidos e/ou cedidos às escolas, instituições e associações, no âmbito do orçamento participativo e no apoio às escolas. -----

O Sr. Carlos Silva questionou o Executivo se conseguia dar um valor real do património existente atualmente, ao qual o Sr. Presidente do Executivo respondeu que se a Junta fosse uma empresa

teria que ser aplicada a depreciação, o que neste caso não se aplica e só se pode colocar o valor de custo dos bens. Mesmo assim, o Presidente refere que as mais valias da Junta de Freguesia são o edifício em si, o trator e a carrinha e que o maior valor que a Junta tem é a massa humana, os trabalhadores. Resumindo, o valor do património da junta são os valores de aquisição dos bens. -----

Tomou a palavra a Sra. Manuela Teixeira para questionar quantos funcionários estão efetivos, o qual o Sr. Presidente do Executivo respondeu que todos são efetivos, exceto o funcionário administrativo, Sr. Miguel, que está de baixa médica, de momento. A Sra. Celina Santos questionou sobre o património imóvel, se o edifício da junta pertence à junta, ao qual lhe foi respondido que sim, acrescentando que o edifício da junta de Mosteirô, a Columbófila, o Pólo da Biblioteca, um terreno perto da escola e uns lotes também. -----

2.7. Outros assuntos de interesse para a freguesia; -----

Neste ponto não houve intervenção de nenhuma das partes. -----

Ponto 3 – Período depois da Ordem do dia: -----

3.1 Período de Intervenção do público. -----

Pediu intervenção o Sr. Adriano Oliveira que começou por referir que o presidente anunciou, na assembleia de junho de 2018, que tinha efetuado um acordo de pagamento com os proprietários de Mosteirô, dizendo o Sr. Adriano Oliveira que “um acordo entre as partes não é uma obrigação”. Prosseguindo, proferiu que o Sr. Presidente não teve a noção com a certeza que tinha criado uma bola de neve e que tinha cometido um erro colossal e que depois o Presidente da Mesa, por ser uma pessoa inteligente, remeteu o prazo para a assembleia de final de ano, para se tentar remediar o erro. Diz ainda o Sr. Adriano que infelizmente não se conseguiu emendar nada porque o erro estava feito e tinha sido cometido pelo Presidente. Continuou dizendo que na Assembleia de setembro do ano passado, o Presidente surge com outro acordo, este para um pagamento realizado em 5 anos, ou seja o primeiro ano seria pago por este executivo e os restantes 4 pelo próximo executivo, que não se sabe quem será, ficando o próximo executivo hipotecado, esta questão foi colocada a votação e a bancada do PSD votou contra, especialmente visada a Sra. Manuela Teixeira, que sempre se manifestou contra, ficando o Presidente muito perplexo porque na altura a Sra. Manuela Teixeira tinha mudado de opinião e porque tinha feito o acordo de pagamento com os proprietários. Neste seguimento, o interveniente acusa veementemente o presidente de mentir, referindo que a Manuela Teixeira sempre foi coerente neste tema, que nunca assinou nenhum acordo de pagamento e que, aliás, que não tinha ainda visto o documento que tinha sido distribuído nesta assembleia e que desconhece, mas que conhece outros e que não há nenhum documento onde esteja firmado algum acordo, desafiando o Presidente a mostrar tais documentos, valores e proprietários, reiterando que o Presidente é um mentiroso.-----

O Presidente da Mesa da Assembleia interrompe a intervenção alertando o Sr. Adriano Oliveira que a linguagem usada é desapropriada ao local onde se reunia, pedindo que moderasse o tom, podendo continuar a intervenção. Ato contínuo, o Interveniente irrompe comparando o Presidente com a canalha, fazendo lembrar a velha situação quando alguém faz uma asneira e diz “não fui eu, foi ele”, vincando que o presidente comete um ato covarde e que foi este que iniciou o acordo de pagamento e não foi mais ninguém e que está apenas a tentar dar a volta ao texto. O Sr. Adriano continuou questionando retoricamente se no documento que foi distribuído está explícito algum acordo de pagamento com qualquer um dos proprietários, acusando novamente o Presidente de mentir e de caluniar a Sra. Manuela Teixeira. Refere ainda que, esta é uma oportunidade de o Presidente se redimir das suas ações, mas que sabe que o Presidente não retira uma vírgula ao que foi dito, não pede desculpa, não tem humildade, pratica o ato, sacode a água do capote e ainda

acusa os outros, mostrando ainda indignação. Continua afirmando que o Presidente quando pratica alguma ação tem que assumir, para o bem e para o mal, para este não ser como a canalha, para ser um homem, porque "um homem é um homem e um rato é um rato" e se correr bem ao rato este come queijo, se correr mal este foge. Continua o interveniente insurgindo-se ao Presidente dizendo que este é o pai dos acordos dos terrenos de Mosteirô. Depois, questionou o Executivo se não seria suposto o vice-presidente se demitir, imediatamente a seguir à assembleia de junho de 2018, ao usar dinheiros públicos e canalizá-los para privados, referindo que são 700 ou 800 mil euros e que alguém os tem que pagar, proferindo que o presidente não sabe o que anda a fazer. -----

Em resposta, tomou a palavra o Sr. António Pinho, referindo que o público deve fazer perguntas e não insultos. Referiu ainda que no que toca ao seu cargo, não tem que se demitir de nada, porque entende estar do lado certo e que não é o Sr. Adriano que lhe vai dizer se deve ou não se demitir. Continua dizendo que o papel do público é questionar o executivo e este responde. Vinca ainda que tem de assumir os erros do passado porque estamos a falar de uma junta de freguesia e não de uma família e que há que assumir o bem e o mal.-----

De seguida toma a palavra o Sr. Presidente do Executivo que ressalva que a intervenção do Sr. Adriano Oliveira não é uma interpelação ao Executivo porque não ouviu nenhuma pergunta, dizendo que acredita que o Interveniente esteja a defender pessoa terceira e que compreende toda a sua atrapalhação por esse motivo. Refere que terá por ele o respeito que ele não teve consigo, mas que releva como pessoa de bem que é. Continua dizendo que para ser homem não é preciso se dizer que o é, mas sim que são os atos e os comportamentos que o definem como tal, e que o que viu na intervenção do Sr. Adriano não foi nada disso. No entanto, refere que o seu pai o ensinou a honrar os compromissos e que não concorda minimamente com o que o Sr. Adriano referiu anteriormente que disse que "um acordo entre as partes não é uma obrigação", que não foi isso que o seu pai lhe ensinou, acrescentando que a junta de freguesia é uma entidade de bem e tem que honrar os compromissos com as pessoas e quando a junta falha tem que assumir os seus erros, vincando que o que o Sr. Adriano está a sugerir é que a junta não deve pagar às pessoas lesadas em milhares de euros, desafiando-o a ler a ata e que mais tarde se retrate e peça desculpas ao Presidente. O Sr. Presidente do Executivo terminou a sua intervenção de resposta ressaltando que tudo o que faz é para defender a junta de freguesia e os seus fregueses, que não é presidente da junta de Souto, nem de Mosteirô, que é presidente da União de Freguesias de São Miguel de Souto e Mosteirô e irá ser até ao final do mandato, e que felizmente, pode dizer que tem um executivo ao seu lado, unido e todos falam a única voz.-----

Não havendo mais intervenções o Sr. Presidente da Assembleia dá por terminada a ordem de trabalhos, passando a ler a minuta da ata da presente Assembleia, que após ter sido lida foi aprovada por unanimidade e assinada pelo Presidente da Assembleia. -----

Não havendo mais nada a tratar, o Sr. Presidente da Assembleia agradeceu a presença de todos, pelas vinte e duas horas e trinta e cinco minutos, propôs o encerramento da mesma, que foi aceite, sendo lavrada a presente ata que vai contar com as assinaturas dos presentes. -----

União de Freguesias de São Miguel de Souto e Mosteirô, vinte e nove de abril de dois mil e vinte e um.

Cristina Neto
António Luís dos Praes Sintes
António Manuel Oliveira Amunç
Róger Ferreira dos Santos
António Manuel da Silva
António Manuel da Silva
Rodrigo Augusto Ferreira Cordeiro
Rodrigo Augusto Ferreira Cordeiro
António Manuel da Silva
António Manuel da Silva